



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo n.º 08022947620198150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE RICARDO CLAUDIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação realizado de modo espontâneo em 22/02/2022, ou seja, antes mesmo da intimação para pagamento que ocorreu em 02/03/2022.**

Frisa-se que foi quitado o valor final de R\$ 4.420,60, sendo R\$ 3.420,60 o valor da condenação e R\$ 1.000,00 de honorários advocatícios. Desde já o demandado **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o cálculo apresentado pela parte autora no ID [54809566 - Outros Documentos \(Planilha de cálculos\)](#), pois encontra-se eivado de vícios. Veja, Nobre Julgador, que inicialmente o valor foi equivocadamente **corrigido pelo indexador IPCA**, enquanto o indexador utilizado neste Egrégio Tribunal é o INPC. Após a atualização pelo IPCA, **houve nova correção do valor também pelo INPC** e com inserção equivocada de **juros compostos, ao invés de juros simples**, vejamos:

Fórmula dos juros compostos: $Juros = ((1 + taxa / 100) ^ períodos) - 1$
 períodos = 31/31 (prop. Julho-2020) + 18 (de Agosto-2020 a Janeiro-2022) + 21/28 (prop. Fevereiro-2022) = 19.75
 $Juros = ((1 + 1,00000 / 100) ^ 19.75) - 1 = 21,71583\%$

Em virtude dos equívocos supracitados a parte obteve equivocadamente como valor da condenação o montante de R\$ 3.500,73, enquanto o valor devido correto, conforme cálculo em anexo é R\$ 3.420,60, que somado aos honorários de R\$ 1.000,00 perfaz o valor total final quitado de R\$ 4.420,60.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora para manifestação devendo ser extinta a execução em caso de concordância expressa ou decurso do prazo sem manifestação. Caso haja manutenção de entendimento pelo cálculo equivocado, vem postular pela PROCEDÊNCIA da impugnação, tendo em vista o evidente excesso demonstrado, sendo extinto os autos nos termos do art. 924, II, CPC, pois resta evidente que a obrigação foi satisfeita nos exatos termos da condenação imposta. Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que, Pede Juntada.

GUARABIRA, 3 de março de 2022.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB